

Poluição do Alalaú deve chegar a Manaus

A Administração Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) entregou ontem ao procurador geral da República no Amazonas, Carlos Frederico Sales, o histórico do caso Mineração Pitinga/Reserva Waimiri-Atroari no que se refere aos danos provocados por sucessivos rompimentos de barragens de decantação na exploração de cassiterita. Dentre as penalidades que a Funai espera ver aplicadas à mineradora estão o pagamento de indenização financeira pelos prejuízos provocados diretamente aos índios waimiri-atroari, multa pelos danos ambientais, podendo também ter paralisadas as ações minerárias até que tome os devidos cuidados para evitar novos acidentes. O administrador da Funai, Raimundo Catarino Campos Serejo, não descarta a possibilidade da poluição estar chegando ao Rio Negro, podendo atingir a população de Manaus.

Serejo entendia como "descaso" do grupo Paranapanema o fato de até ontem não ter comunicado o acidente à Funai. A Fundação soube do caso na sexta-feira, dia 30, através da fiscalização nos postos indígenas na área Waimiri-Atroari que notaram modificação na cor da água do igarapé Tiaraju, que desemboca no Rio Alalaú, um tributário do Jauaperi, portanto ele não pôde precisar o dia em que o acidente ocorreu. Logo que foi informado do acidente, Serejo entrou em contato com a Superintendência Estadual do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e com o Instituto Estadual do Meio Ambiente (IMA) no sentido de levar técnicos desses dois órgãos para um sobrevôo no local, o que aconteceu na sexta-feira mesmo.

Serejo disse ter ficado surpreso com o IMA que não quis participar desse sobrevôo da Funai, porque já tinha mandado um técnico com a Paranapanema. "Fiquei surpreso com o IMA porque a Funai é um órgão do governo", diz o administrador. Ontem mesmo o administrador regional enviou material

sobre o acidente, inclusive reportagem, à presidência da Funai, em Brasília.

Providências — Hoje a Funai faz um novo sobrevôo no local levando técnicos da Ibama, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e Universidade do Amazonas. O procurador geral da República também foi convidado para participar dessa viagem. A intenção é permitir que os representantes das instituições de pesquisa façam coleta de material para subsidiar a Funai na questão que será levantada contra o grupo Paranapanema, responsável pela mineradora que explora cassiterita no Pitinga. Serejo diz que a mineradora também explora minério radioativo no local, daí as preocupações aumentarem.

A administrador da Funai não tem dúvida dos prejuízos ambientais e em nível de comunidade indígena e diz que "qualquer dinheiro que a Paranapanema pagasse hoje a reserva Waimiri-Atroari ainda estaria no prejuízo". As providências a serem toma-

Além da cassiterita a Paranapanema explora minério radioativo na área do Pitinga

das passam pela Procuradoria Geral da República, por isso ele levou ao procurador todo o material fazendo um histórico desde 1989, quando houve o primeiro rompimento da barragem, que se repetiu nos anos sucessivos. O que pode pesar contra a Paranapanema é o fato de ter sido multada pelo Ibama e se comprometido a investir maciçamente na proteção ao meio ambiente, mas pelo menos cinco rompimentos de barragens já foram registrados.

Agora a preocupação sai da área restrita aos índios waimiri-atroari e já abrange o Município de Novo Airão e como o Rio Jauaperi desemboca no Rio Negro, não está descartada a hipótese de que a poluição chegue a Manaus. Serejo está certo de que a Funai tem material consistente para subsidiar a Procuradoria Geral da República. Além de indenização pelos prejuízos causados diretamente aos índios, a mineradora poderá ser multada pelo Ibama e ser obrigada a paralisar as atividades até provar que o trabalho será feito com segurança.